

O pós-modernismo na administração pública nos EUA: uma autópsia*

O. C. McSwite**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. A estrutura do debate: relativismo moderno *versus* relativismo pós-moderno; 3. As questões em debate; 4. Quais são, então, as diferenças entre modernismo e pós-modernismo? 5. Conclusão: o que se pode aprender do debate.

SUMMARY: 1. Introduction; 2. The debate's framework: modern relativism versus postmodern relativism; 3. The issues on debate; 4. What are, then, the differences between modernism and postmodernism? 5. Conclusion: what there is to be learned from the debate.

PALAVRAS-CHAVE: modernismo; pós-modernismo; administração pública americana; relativismo; globalismo.

KEY WORDS: modernism; postmodernism; American public administration; relativism; globalism.

Este artigo apresenta uma "autópsia" crítica do debate entre modernismo e pós-modernismo no campo da administração pública nos EUA, argumentando que o pós-modernismo teria sido simplesmente uma extensão do modernismo e revelado um conjunto de complicações teóricas até então reprimidas na essência da concepção teórica modernista. A similaridade entre as duas escolas de pensamento é analisada em termos de três questões: absurdo radical, auto-referência e niilismo. Embora descritos como essen-

* Artigo especialmente produzido para este número da *RAP*.

** O. C. McSwite é o pseudônimo de Orion F. White, PhD pela Indiana University (EUA), e Cynthia J. McSwain, PhD pela University of North Carolina at Chapel Hill (EUA). Com esse pseudônimo, têm prestado consultoria e publicado trabalhos na área de administração pública nos últimos 10 anos. Quando escreveram este artigo para a *RAP*, White era professor de administração e políticas públicas na Virginia Tech University e McSwain era professora de administração pública na George Washington University. Recentemente aposentados, tornaram-se professores eméritos em suas respectivas universidades. E-mail: whiteof@erols.com.

cialmente similares, modernismo e pós-modernismo apontam em direções opostas no que diz respeito à busca de uma base para a governança. No entanto, o advento do globalismo deixa este debate em aberto e sugere que o pós-modernismo seja entendido como alternativa na busca de um paradigma apropriado a esta nova era.

Postmodernism in American public administration: a postmortem

This article presents a critical “postmortem” on the debate between modernism and postmodernism in American public administration. It argues that postmodernism was simply an extension of modernism, one that revealed a set of repressed theoretical complications at the core of the modernist framework. The underlying similarity of the two schools of thought is described through analysis of the key issues: radical absurdity, self-referentiality, and nihilism. While depicted as essentially similar, modernism and post-modernism are shown as pointing in opposite directions for finding a basis for governance. The advent of globalism, however, renders the debate moot and suggests that postmodernism served as a venue for moving toward the paradigm appropriate to this new era.

1. Introdução

O “momento pós-moderno”, como algumas vezes é chamado, parece, para muitos, haver acabado, pelo menos na área da administração pública nos EUA. Constituiu um episódio intelectual turbulento e conflitante, embora contido, que também serviu para mostrar o perfil intelectual da área e os desafios que esta enfrentou na transição para o novo século. Por isso, parece interessante realizar o que se poderia chamar de autópsia e buscar o que daí se pode aprender.

Neste exercício de autópsia, pretendo considerar o pós-modernismo e sua morte um estudo de caso na política do saber. A análise que proponho fazer provém de minha experiência direta como participante das discussões sobre pós-modernismo ocorridas na comunidade da administração pública nos EUA.

O tema central desta análise pode ser definido de forma muito simples. O pós-modernismo nada mais é que “o outro lado da moeda” do modernismo, ou seja, uma imagem espelhada que reflete a verdadeira essência da identidade do modernismo. Os modernistas sentiram-se profundamente desafiados por esse fato e procuraram, então, apagar qualquer ligação entre as duas perspectivas ao colocar o pós-modernismo em oposição ao modernismo. Para tanto, os modernistas tentaram fazer com que a crítica pós-moderna se voltasse contra si mesma e, então, culpar o pós-modernismo por todos os problemas que estavam surgindo dentro do próprio modernismo. Não quero dizer que esse movimento tenha sido obra consciente e explícita dos modernistas. Na verdade, o modernismo caracteriza-se por exigir que seus adeptos reprimam um conjunto

de complexidades teóricas presentes em sua própria essência. O ataque ao pós-modernismo talvez seja mais bem descrito como um artifício para manter essa repressão.

O tema modernismo *versus* pós-modernismo pode ser comparado a qualquer debate entre campos opostos. Neste caso, os debates estiveram centrados no relativismo. Os modernistas argumentavam que o pós-modernismo era relativista. No entanto foi o modernismo, ao inaugurar a ciência moderna, o responsável por trazer o relativismo para dentro de cena. A ciência aparece extremamente selvagem e desenraizada quando comparada ao sentido da verdade estável e absoluta oferecida pela visão de mundo pré-moderna. A realidade básica da ciência é que os fatos são contingências históricas e estão em constante mutação. Uma desestabilização similar da verdade moral tradicional também ocorreu à medida que o discurso a seu respeito passou a fazer parte da arena da filosofia moderna. É realmente irônico que o debate entre modernistas e pós-modernistas se tenha centrado na acusação de que os pós-modernistas eram relativistas. Para entender como a acusação de relativismo sustenta esse debate, é preciso explorar mais profundamente o que está em jogo para os modernistas na sua crítica aos pós-modernistas.

2. A estrutura do debate: relativismo moderno *versus* relativismo pós-moderno

Quando falo em “pós-modernismo”, refiro-me a um corpo teórico pouco delimitado, cujos trabalhos genéricos foram, em grande parte, importados da França e depois reinterpretados e aplicados em diversos campos e disciplinas nos EUA.¹ Entre os principais teóricos franceses envolvidos na questão, citam-se Derrida, Foucault, Barthes e Lacan. Já Richard Rorty e Stanley Fish talvez se tenham tornado os mais populares e mais conhecidos entre os teóricos americanos vinculados ao movimento pós-moderno (Barthes, 1975; Derrida, 1979; Fish, 1994; Foucault, 1979; Lacan, 1978; Rorty, 1989).

No campo da administração pública nos EUA, o termo e a perspectiva teórica foram introduzidos inicialmente pelo trabalho de Gary Marshall, seguido por David Farmer e por Charles Fox e Hugh Miller (Farmer, 1995; Fox & Miller, 1995; Marshall & White, 1990). Vários teóricos, de diferentes abordagens, consideraram as críticas levantadas pelos pós-modernistas. Porém, à medida que o pós-modernismo disseminava-se com maior intensidade, surgia na área forte resistência modernista, dando lugar a amplo debate no âmbito da administração pública.

¹ Uma visão geral desse aspecto pode ser encontrada em Rosenau (1992).

Esse debate consistiu tipicamente num rol de acusações levantadas contra a integridade, o significado e a aplicabilidade do enfoque pós-modernista. Isso ocorreu principalmente em foros de debate informais (tem havido relativamente pouco intercâmbio formal ou escrito, direto, entre as correntes) entre os que se rotulam “institucionalistas” ou “neo-institucionalistas” e os defensores da *new public management*. Dessas duas correntes, talvez os institucionalistas tenham se sentido mais tocados pelo pós-modernismo e, portanto, tenham mais enfaticamente resistido nas suas reivindicações do que os partidários da *new public management*.

O enfoque neo-institucionalista baseia-se no trabalho de teóricos como Selznick, March e Olsen e Scott e seu compromisso paradigmático é mais diretamente alinhado ao interpretivismo sociológico de Berger e Luckmann (Berger & Luckmann, 1966; March & Olsen, 1989; Selznick, 1992; Scott, 1995). Esse tipo de interpretivismo é um enfoque limítrofe entre o funcionalismo sociológico e o interpretivismo. Como tal, é possível que seja apropriado por aqueles que desejam manter a ênfase funcionalista em valores como os alicerces de construção da organização social e, ao mesmo tempo, fugir das armadilhas criadas pela ingenuidade teórica do funcionalismo tradicional. Já a abordagem da *new public management* é bem exemplificada nos trabalhos de estudiosos como Lynn, Behn, Barzelay e Kaboolian (Barzelay, 1992; Behn, 1991; Kaboolian, 1998; Lynn, 1996). Em linhas gerais, essa orientação baseia-se na teoria e nas metodologias econômicas e parece ter como objetivo geral a estruturação de organizações e programas públicos pela lógica econômica e pelos incentivos do mercado.

O pós-modernismo configurou-se ameaça fatal para ambos os lados, mas especialmente para os neo-institucionalistas, uma vez que negava a possibilidade de criar-se uma organização social baseada num quadro de referência normativo compartilhado. O comprometimento com tal possibilidade é essencial para a teoria neo-institucional de autoridade. O pós-modernismo ameaçou a *new public management* no mesmo grau, embora não tão diretamente, ao desafiar a ontologia econômica do homem racional, que constitui a base de seu projeto de reforma. A conseqüência da crítica pós-moderna foi mostrar a impossibilidade fundamental dos dois enfoques propostos, evidenciada pelas falhas do quadro de referência modernista que as sustenta.

Pretendo conduzir minha autópsia desses discursos conflitantes descrevendo as principais linhas da reação que a administração pública modernista (naturalmente, as duas correntes de pensamento que acabo de mencionar) levantou contra os discursos do pós-modernismo. A platéia desses ataques, na verdade a platéia do próprio debate, foi a corrente dominante na administração pública. Nela se inclui a ampla gama de profissionais e acadêmicos que, como especialistas técnicos, têm pouco envolvimento com as questões teóricas mais amplas que caracterizam o debate. Menciono isso porque o conteúdo do próprio debate talvez só possa ser bem entendido tendo em mente

que foi direcionado para tal platéia. Teria sido totalmente diferente se dirigido a uma audiência de teóricos.

3. As questões em debate

O pós-modernismo é esotérico e radical a ponto de ser absurdo

Essa acusação foi a primeira e a mais ampla frente de ataque que os modernistas lançaram contra o pós-modernismo — a teoria pós-moderna era por si só absurda. Apresso-me, porém, em dizer que os modernistas não usaram um tipo de argumento do tradicional *reductio ad absurdum*. Ao contrário, eles caracterizaram o pós-modernismo, em muitos comentários irreverentes e evasivos apresentados em palestras e em eventuais referências de trabalhos escritos, como um corpo de pensamento incorrigivelmente esotérico, repleto de jargões e confuso, realmente impossível de ser entendido. Mostravam-no como de interesse apenas para uma reduzida comunidade de teóricos-estetas na linha do onanismo intelectual e destituído de qualquer interesse ou importância para o verdadeiro mundo da administração pública. Na visão desses críticos, os adeptos do pós-modernismo projetavam nas instituições sociais seus problemas pessoais com autoridade. A trajetória convoluta que os modernistas viram na retórica pós-moderna foi retratada como típica dos discursos motivados pelo desejo de tratar questões pessoais por meio de pronunciamentos sob a forma de teoria social.

Em primeiro lugar, devo dizer que o pós-modernismo não fez afirmações verdadeiramente radicais. Pelo contrário, o pós-modernismo foi simplesmente uma extensão da lógica implícita no modernismo. Em outras palavras, o pós-modernismo começou no próprio modernismo.²

O repúdio dos modernistas em relação ao pós-modernismo, por ser este radical e esotérico, demonstra uma série de coisas. Uma delas é um intenso paroquialismo intelectual, recusa a considerar um texto por não estar redigido em linguagem familiar. Nesse particular, algumas partes do discurso eram culturalmente estranhas (teoria francesa) ou, como no caso de Lacan, empregavam a obscuridade não apenas como parte do significado do texto, mas,

² Uma forma de ilustrar esse ponto é fazer menção à oposição entre o funcionalismo sociológico e o interpretivismo sociológico, especialmente à etnometodologia de Garfinkel (1967). O interpretivismo foi a resposta do funcionalismo a seus próprios problemas (é preciso lembrar que Garfinkel foi aluno de Talcott Parsons), e a desconstrução é uma elaboração da teoria do significado lingüístico contextualmente contingente, o que é a base da etnometodologia. O pós-modernismo é uma extensão do funcionalismo modernista baseada no próprio modernismo.

também, como um artifício para entendê-lo. Desconsiderar um discurso apenas por ser sua retórica estranha significa admitir, mesmo tacitamente, que um compromisso ideológico oculto está sendo ameaçado.

Além disso, vale assinalar que muitos acadêmicos da administração pública, modernistas ou não, têm ouvido os profissionais se queixarem da pesquisa convencional da ciência social, usando as mesmas alegações colocadas contra o pós-modernismo: a pesquisa é esotérica e estranha ao mundo real. Em outro nível, as reações típicas às críticas levantadas a respeito da estatística clássica que sustenta a metodologia modernista têm sido amplamente negadas e ignoradas (White & Gates, 1974).

O pós-modernismo é contraditório

Talvez a preocupação mais freqüente em relação ao discurso pós-moderno tenha sido por ele ser, ostensivamente (e, por extensão, estupidamente), contraditório. Isso remonta ao que repetidas vezes é visto como a principal doutrina do pós-modernismo, isto é, que qualquer significado é instável porque os textos não têm a coerência que afirmam ter. Corolário disso é o fato de que os autores não têm autoridade sobre os próprios textos que escrevem; o autor, num famoso *slogan* atribuído ao pós-modernismo, está “morto”. Isso significa que os leitores têm tanta autoridade quanto os autores ao falarem do significado dos textos (dito de outra forma, os autores são meros leitores).

A alegada incoerência nessa linha de pensamento — em geral ligada a Jacques Derrida — era assim expressa: “Se Derrida pode escrever um artigo sustentando que não há nenhum significado num texto, como pode afirmar que o seu próprio artigo não seja apenas um contra-senso ou que seja ele, na verdade, o seu autor ou que tenha autoridade quanto ao seu significado?”. O fato de Derrida ter-se manifestado contra a possibilidade do significado, manifestação que ele certamente quis que tivesse significado, foi obviamente um contra-senso lógico — pelo menos assim mostra a retórica modernista.³

Aqueles que desfecharam o ataque contra o pós-modernismo não lembraram que o aspecto que levantavam baseava-se no paradoxo da auto-referência ou lhe dizia respeito. Há, pelo menos, duas respostas tradicionais para o problema. A primeira é invocar a teoria dos tipos lógicos de Russell ou de Russel-Whitehead, formulada especificamente para responder ao tipo de con-

³ É digno de nota que se tenha mesmo ousado aventar tal crítica contra intelectuais do porte de Derrida ou de qualquer outro respeitável teórico francês, dadas suas credenciais e formação. Até onde sei, Derrida jamais deu atenção a essa ou a outras acusações simplistas desferidas por aqueles a quem Richard Rorty chamou de críticos “ignorantes” de Derrida.

tradição que parecia afligir Derrida. De acordo com essa teoria, afirmações auto-referenciais, tais como “nunca diga nunca”, não são logicamente inconsistentes em si mesmas, como costumam querer os modernistas, porque o primeiro “nunca” está em nível de abstração diferente do segundo. Portanto, um não se refere ao outro. A justificativa de Russell é, porém, frágil, porque em última instância se baseia apenas na afirmação de que, se sua teoria não fosse válida, nenhum discurso seria possível, sob forma alguma. Trata-se de solução imposta, ou artificial, para o paradoxo. Por isso, muitos se recusam a reconhecê-la como satisfatória, embora provenha de fonte praticamente incontestável.

Minha visão pessoal dessa questão, afirmada mais amplamente em vários trabalhos, é que não há solução para o problema da auto-referência, seja na linguagem, seja na matemática. Na matemática, Kurt Godel o apresenta de forma convincente em sua clássica análise do *Principia mathematica*, de Russel e Whitehead (McSwite, 1997a; Nagel & Newman, 1968). Para sistemas representativos como o da linguagem, todas as afirmações que geram são, de certa forma, auto-referenciais, e é precisamente esse aspecto que Derrida desenvolve em sua teoria da desconstrução. Em suma, a falha fatal ou a incoerência lógica que os modernistas queriam atribuir ao discurso pós-moderno aplicava-se igualmente ao discurso modernista (Berman, 1981; Tasic, 2001).

Exemplo disso pode ser encontrado no ensaio de Gary Marshall sobre Herbert Simon. Marshall (1996) mostra que toda ciência behaviorista pressupõe um lugar não definido (no caso de Simon, o lugar do gerente), a partir do qual uma “causa não causada” (*uncaused cause*) pode pôr em movimento ações baseadas em resultados da pesquisa behaviorista. Alguns, inclusive, argumentam que o conceito básico da ciência behaviorista — que o comportamento humano é causado — elimina seriamente a possibilidade da ciência behaviorista. Como os próprios comportamentos dos cientistas behavioristas devem ser causados, pressupõe-se que não haja sentido em se fazer tal pesquisa, já que ninguém está livre da causalidade behaviorista e, portanto, não tem qualquer condição de aplicá-la. Embora isso pouco valha a pena afirmar, uma vez que da perspectiva da sociologia do conhecimento trata-se de um truísmo, parece não ter atingido aqueles que tentaram desmascarar o discurso pós-moderno.

O pós-modernismo é moralmente niilista

Essa foi outra alegação largamente difundida e, como as demais, tão longe do alvo que sequer chegou a ser questionada. Refere-se, naturalmente, ao já mencionado argumento de que todo significado é instável e, assim, sem senti-

do. Se isso for verdade, questionavam os modernistas, como pode haver padrões de certo e errado? A implicação paralela era de que o pós-modernismo buscava eliminar as bases de todas as regras para que fosse permitido a qualquer um fazer o que bem entendesse. É a forma de pensar do pai Karamozov: “Deus está morto, tudo é permitido”. Esse aforismo se manteve, apesar de Derrida haver declarado explicitamente que via a desconstrução como ética.

A ironia elementar dessa imputação é que, sob essa visão de mundo modernista, científica, racional, Deus apareceu pela primeira vez como morto. Pode-se imaginar um mundo mais niilista, inosso, moralmente destruído do que o retratado na teoria da seleção natural darwiniana, referencial da visão de mundo modernista? Para muitos é repugnante e inaceitável a imagem de uma natureza irracional, para não dizer moralmente neutra. A visão de mundo do racionalismo econômico e suas metodologias de apoio à decisão (nas quais as vidas humanas passam a ter valor monetário e, assim, podem ser manipuladas como fator de custo no cálculo de lucros a pagar) não são menos niilistas se avaliadas de uma perspectiva humanista orientada para valores. A fantástica proeza retórica alcançada pelo modernismo ao acusar o pós-modernismo de niilista foi criar a ilusão de que as instituições modernistas funcionam segundo uma ética social.

Isso leva a uma segunda ironia implícita na acusação de niilismo. Quando os modernistas freqüentemente incorrem no que os filósofos chamam de falácia naturalista (tomando por “deve ser” aquilo que “é”), fazem-no em favor do seu projeto. O discurso ético modernista muitas vezes desconsidera os problemas das categorias factuais básicas empregadas em sua teorização, tomando-as como definitivas ou incontestáveis. Como todas as categorias apresentam ambigüidades fundamentais, qualquer tentativa de estabelecer uma expressão moral final que as tenha por base não resiste a críticas.⁴ A crença de que o modernismo funciona segundo um quadro de referência baseado em valor sustenta-se somente na crença de seus defensores nessa possibilidade. Persistentemente procuram torná-la realidade, apesar de seus recorrentes fracassos. À medida que esse processo se repete, parece cada vez mais difícil estabelecer um discurso moral edificativo por meio da linguagem humana. Essa constatação foi fundamental para o pós-modernismo.

O aspecto que torna tudo isso mais sarcástico é precisamente aquele em que se baseou Derrida na sua afirmação de que a desconstrução é uma ética. Ele argumenta que, como a linguagem não funciona para criar significados estáveis, claros e livres de contextos como se quer de uma teoria de valor, é

⁴ A última tentativa digna de nota nesse sentido talvez tenha sido a teoria de justiça de John Rawls (1971), mas esta esteve em voga por pouco tempo.

preferível desconfiar dela e agir sem acreditar nas abstrações de valor que a linguagem encerra. No meu entender, Derrida apresentou essa questão com convicção quando afirmou que, depois da desconstrução, já não seriam possíveis novos Hitlers. O que teria possibilitado a ação de Hitler foi o espaço de manipulação criado pela crença das pessoas em que as palavras têm referenciais e significados definidos e podem ser usadas para estabelecer verdades morais e empíricas.

Inúmeros professores modernistas, em incontáveis cursos onde abordam a dimensão do valor da vida, orientaram seus alunos para a idéia de que, embora existam muitas teorias ou filosofias de valor louváveis, nenhuma deve ser considerada definitiva ou autorizada. Na opinião desses professores, tais teorias pertencem ao foro do fundamentalismo religioso, não da filosofia moderna. No entanto, esse tipo de rechaço à possibilidade de uma teoria de valor confiável foi precisamente a acusação que os modernistas fizeram ao discurso pós-moderno.

4. Quais são, então, as diferenças entre modernismo e pós-modernismo?

A questão discutida acima decorre do argumento exposto: o modernismo e o pós-modernismo são duas versões diferentes da mesma coisa; especificamente, duas variações do que costuma ser visto como relativismo. O modernismo, ao acusar o pós-modernismo de relativista, na verdade procurava esconder o seu próprio relativismo. O que incomodou os modernistas a respeito do pós-modernismo foi a ameaça de revelar o que o modernismo deveria ocultar. Porém, há uma diferença entre os dois discursos, e meu argumento de que eles se assemelham baseia-se, inicialmente, num aspecto subjacente e mais importante. Esses dois discursos levam a duas respostas totalmente diferentes para questões levantadas pela vida social contemporânea.

Qual a resposta modernista? O racionalismo modernista é um véu que encobre o fato de que ele legitima não as instituições que seguem suas práticas metodológicas, mas sim os homens (uso esse termo deliberadamente) que ocupam os estratos superiores das hierarquias institucionais. Dado que as teorias de valor modernistas jamais são isentas de contexto e, portanto, não proporcionam uma orientação final, clara e conclusiva para a análise dos fatos, e que o fato modernista nunca está acima ou além da controvérsia, o que o modernismo realmente demanda é deferência para com a figura humana dos juízes, para com as pessoas que desempenham o papel do que eu chamo de "homens de razão" (McSwite, 1997b). As pessoas que desempenham os papéis principais nas instituições modernas são as verdadeiras referências das decisões tomadas. Assim, o modernismo não é importante como epistemolo-

gia ou ontologia ou qualquer outro tipo de abstração filosófica. Trata-se, no fundo, de um projeto para a forma de governo em que o critério pessoal é a base do exercício da autoridade. Portanto, seria mais correto entender o modernismo como uma teoria política.

O pós-modernismo, ao contrário, aponta para a direção oposta. Seu sentido de impossibilidade quanto à idéia de estabelecer o valor definitivo e o fato conclusivo o induz a sugerir um enfoque não-pessoal para as questões da vida social. Em vez de localizar a origem da ação nas pessoas que ocupam cargos ou funções, o pós-modernismo propõe fundamentar a ação num tipo especial de discurso (cabe alertar que não se trata da participação política tradicional, democrática; esta não funciona porque se origina de todas as confusões do modernismo sobre a possibilidade de determinar a verdade moral e empírica). Esse discurso é impessoal, precisamente porque se fundamenta no reconhecimento de que não há uma forma objetiva de definir as questões morais e factuais. As respostas pós-modernistas são criadas sem separar valor e fato nos diferentes foros de discurso. Muito pelo contrário, valor e fato estão intrinsecamente juntos na ação. As questões são vistas como temas da ação e as respostas resultam da ação. Isso também dependerá do tipo de contexto humano que se cria para enfrentar os problemas da vida. Estou pintando um quadro um tanto generalizado e adoto o do pragmatismo pós-moderno desenvolvido por Richard Rorty. Gostaria, no entanto, de defender a proposição de que o pós-modernismo, de modo geral, não só é consistente com um enfoque pragmático da vida social, como, definitivamente, aponta para essa direção (Bernstein, 1992).

5. Conclusão: o que se pode aprender do debate

Há vários caminhos pelos quais poderíamos chegar ao tema da destilação do aprendizado do encontro do modernismo com o pós-modernismo. Poderíamos, por exemplo, começar por relacionar de modo geral os *insights* sobre a natureza do modernismo esboçados aqui, elaborá-los e explorar suas implicações. No meu entender, no entanto, esse exercício não seria pertinente. O século XX, o século do modernismo, como alguns o chamam, já se foi. Minha autópsia acaba sendo, então, a forma de tratar tanto o pós-modernismo quanto o modernismo. Já é óbvio, mesmo neste início de século, que o mundo está tomando um novo rumo, sendo, portanto, anacrônico estender-se em aspectos específicos desse debate.

Esse nosso novo rumo chama-se “globalismo”. Os que se dedicam a escrever sobre isso já detectam o surgimento de mudanças profundas. Martin Albrow (1997) referiu-se brilhantemente a uma das mais fundamentais implicações dessas mudanças. Ele assinala que a era global irá produzir um novo

tipo de mente e define o modernismo não como simplesmente racionalismo, mas uma luta dialética entre o racionalismo e o irracionalismo. Assim, o choque entre modernismo e pós-modernismo, como um todo, foi um episódio modernista. O fato de que, em retrospectiva, ele pareça ter sido um debate restrito aos meios acadêmicos, e encerrado sem conclusão, sugere fortemente que o modernismo esteja chegando ao fim.

A dialética que orientou o modernismo, como Albrow descreve, dependeu decisivamente da reificação das abstrações teóricas, especialmente dos conceitos metafísicos de valor e fato. Essa dialética está se esvaziando no momento, porque tal reificação não encontra espaço numa era global. Em outras palavras, leva-se a sério uma abstração teórica (essencial para sua reificação) apenas quando ela pode ser codificada num cálculo de pensamento abrangente e íntegro. O racionalismo modernista foi possível enquanto visões parciais, limitadas, sobre a realidade foram consideradas aceitáveis como base para a teorização. Numa era global, isso já não é possível nem admissível. A imagem da Terra isolada no espaço, enviada da Lua, alterou a mente humana ao dar-lhe uma dimensão que antes não possuía.

Isso significa que, embora consideremos como generalizações plausíveis as afirmações globalistas (tais como a já familiar “o bater de asas de uma borboleta em Pequim pode provocar um furacão no Caribe”), não dispomos de nenhuma forma para verdadeiramente entendê-las como abstrações teóricas. O que temos para substituir o entendimento teórico é, como assinala Albrow, um artefato material, a imagem do próprio globo terrestre. O globo simboliza diretamente a verdade de que tudo que nele existe é parte de um todo único e conectado. Essa imagem material é o de que dispomos para sustentar uma metaabstração que sirva de referência ao entendimento das situações locais. O mundo está realmente entrando numa era em que pensar globalmente e agir localmente será a base para enfrentar o dia-a-dia da vida pessoal e social.

Outra forma de abordar esse ponto é considerar as implicações do pensamento ecológico. Adotar seriamente uma diretriz ecológica significa, essencialmente, abandonar a tomada de decisão modernista baseada no paradigma da racionalidade limitada. A impossibilidade de considerar rapidamente todas as conseqüências nos leva à conclusão de que qualquer análise completa é impossível; as ações devem ser tomadas com cautela. Cada ação deve se dar em nível local, de forma modesta e experimental, em vez de racional e sinóptica.

Se a era global já chegou, não devemos perder tempo ruminando sobre quem ganhou ou perdeu o debate modernismo *versus* pós-modernismo ou quais suas implicações para as questões filosóficas tradicionais. Para quem procura razão na história, o pós-modernismo teria chegado no momento em que se fazia necessário para facilitar a transição para um novo tipo de consciência indispensável à mente humana global. Ofereceu-se como a teoria legítima-

dora de uma abordagem de vida social que, aparentemente, muito em breve será essencial para nós, cidadãos da Terra, que, como tal, não precisaremos de legitimação teórica.

Vista como um todo, a moral da história do pós-modernismo, como precursor de uma nova era e de uma nova forma de pensar, é a de que vamos começar a conviver como seres humanos, sem depender de abstração teórica. Eu, de minha parte, recebo isso com agrado. Nossa convivência com o modernismo demonstra que as abstrações reificadas separam as pessoas e causam problemas. Como numa escala global não podemos ter muita certeza sobre coisa alguma, estaremos muito melhor se abandonarmos o ideal impossível (modernista) de estar certos. Em vez disso, devemos concentrar nossas energias em nos relacionarmos uns com os outros, como seres humanos, errando o mínimo possível.

Referências bibliográficas

- ALBROW, M. *The global age: state and society beyond modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BARTHES, R. *The pleasure of the text*. New York: Hill & Wang, 1975.
- BARZELAY, M. *Breaking through bureaucracy: a new vision for managing in government*. Berkeley: University of California Press, 1992.
- BEHN, R. D. *Leadership counts: lessons for public managers*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality*. New York: Doubleday, 1966.
- BERMAN, M. *Reenchantment of the world*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- BERNSTEIN, R. J. *The new constellation: the ethical-political horizons of modernity/postmodernity*. Cambridge: MIT, 1992.
- DERRIDA, J. *Of grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979.
- FARMER, D. *The language of public administration*. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1995.
- FISH, S. *There's no such thing as free speech... and it's a good thing, too*. New York: Oxford University Press, 1994.
- FOUCAULT, M. *Discipline and punish*. New York: Vintage, 1979.
- FOX, C.; MILLER, H. *Postmodern public administration*. Thousand Oaks: Sage Press, 1995.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

KABOOLIAN, L. The new public management: challenging the boundaries of the management versus administration debate. *Public Administration Review*, v. 58, n. 3, p. 189-193, 1998.

LACAN, J. *The four fundamental concepts of psychoanalysis*. New York: Norton, 1978.

LYNN, L. *Public management as art, science and profession*. Chatham: Chatham House, 1996.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*. New York: Free Press, 1989.

MARSHALL, G. Deconstructing administrative behavior: the "real" as representation. *Administrative Theory and Praxis*, v. 18, n. 1, p. 117-127, 1996.

———; WHITE, O. F. The Blacksburg manifesto and the postmodern debate: public administration in a time without a name. *American Review of Public Administration*, v. 20, n. 2, p. 61-76, 1990.

MCSWITE, O. C. Essays on the real. In: MILLER, Hugh; FOX, Charles. *Postmodernism, reality and public administration: a discourse*. Fairfax: Chatelaine Press, 1997a.

———. *Legitimacy in public administration: a discourse analysis*. Thousand Oaks: Sage Press, 1997b.

NAGEL, E.; NEWMAN, J. R. *Godel's proof*. New York: New York University Press, 1968.

RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

RORTY, R. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ROSENAU, P. M. *Postmodernism and the social sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: foundations for organizational science*. Thousand Oaks: Sage Press, 1995.

SELZNICK, P. *The moral commonwealth: social theory and the promise of community*. Berkeley: University of California Press, 1992.

TASIC, V. *Mathematics and the roots of postmodern thought*. London: Oxford University Press, 2001.

WHITE, O. F.; GATES, B. Statistical theory and equity in the delivery of social service. *Public Administration Review*, Washington, v. 34, n. 1, Jan./Feb. 1974.